

## **Jornalismo, democracia e objetividade: uma reflexão sobre a cobertura de manifestações bolsonarista<sup>1</sup>**

Juliana Ângela LAPENDA FIGUEIROA<sup>2</sup>

Heitor Costa Lima da ROCHA<sup>3</sup>

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

### **Resumo**

Este trabalho estuda a cobertura das manifestações bolsonaristas que culminaram nos ataques de 8 de janeiro em Brasília, abordando o mito da objetividade enquanto fator de deslegitimação e entrave à prática jornalística guiada pela racionalidade destranscendentalizada, capaz de construir notícias que ofereçam à sociedade referenciais com informações qualificadas para decidir seus rumos de forma crítica e autônoma, superando a heteronomia da estrutura de poder. Partindo de uma reflexão teórica que relaciona pragmática, interacionismo simbólico, jornalismo e construção social da realidade, foram analisadas notícias veiculadas pelo Jornal Nacional antes dos ataques, a fim de contribuir com a discussão de teorias significativas no estado da arte dos estudos em jornalismo ressaltando qualidade, práticas e processos jornalísticos.

**Palavras-chave:** Teorias do jornalismo; práticas e processos jornalísticos; objetividade jornalística; construtivismo; democracia.

### **Introdução**

No dia 8 de janeiro de 2023, bolsonaristas inconformados com o resultado das eleições, encorajados pelas declarações de Jair Bolsonaro e financiados por empresários golpistas, invadiram os prédios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal em Brasília. Tais ataques representaram a concretização das ameaças que a democracia brasileira vinha enfrentando desde a ascensão da extrema-direita com a eleição de Bolsonaro em 2018, que, durante seu governo seguiu atacando a imprensa e as instituições democráticas. O quadro agravou-se nas eleições de 2022, quando se intensificaram a violência, campanhas de desinformação via redes sociais digitais e questionamentos ao processo eleitoral e ao jornalismo, ferindo o direito que as pessoas

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Comunicação do PPGCOM-UFPE, e-mail: [juliana.angela@ufpe.br](mailto:juliana.angela@ufpe.br)

<sup>3</sup> Professor Curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação do PPGCOM-UFPE, e-mail: [hclrocha@gmail.com](mailto:hclrocha@gmail.com)

---

têm de serem informadas e exercerem sua cidadania. Entre as causas dos acontecimentos que permeiam esse contexto sociopolítico está um jornalismo objetivista e declaratório (BARSOTTI, 2023), pouco crítico, superficial, menos preocupado com o interesse público e mais empenhado em atender aos interesses da estrutura de poder dos grupos que controlam o aparelho de estado e as grandes corporações do mercado.

Dessa forma, a postura leniente do jornalismo contribuiu com o extremismo de direita, uma vez que, no cerne dessa cobertura noticiosa, está a atuação de jornalistas deslegitimada pelo simulacro da concepção positivista de objetividade e sua distinção absoluta entre fato e opinião, não reconhecendo que a prática jornalística consiste em uma produção de significados composta por semioses, em que está sempre presente a subjetividade de interpretações construídas histórica e culturalmente, isto é, intersubjetivação de comportamentos, ideias e vontades que se consubstanciam em uma objetivação operacional e voltam a subjetivar-se segundo o conhecimento prático e teórico (KARAM, 2004). Assim, diante de ataques à imprensa e às instituições democráticas no Brasil, a busca pela objetividade influenciou a prática profissional do jornalista, fazendo com que se conforme aos limites da política editorial do veículo para o qual trabalha.

Para desafiar tal política, o ponto de partida é refletir sobre o mito da objetividade enquanto um dos fatores de deslegitimação do jornalismo, uma vez que oprime o profissional desautorizando sua capacidade crítica e representa um entrave à produção de notícias com base em uma racionalidade destranscendentalizada que possa oferecer à sociedade referenciais com informações qualificadas para decidir seus rumos de forma crescentemente crítica e autônoma, superando a heteronomia sempre tramada pela estrutura de poder. Assim, é pertinente estudar o jornalismo convencional objetivista, especialmente de inspiração norte-americana através do funcionalismo estrutural que só concebe o desempenho positivo do jornalismo e acredita que o jornalista é o definidor absoluto da notícia trabalhando em total liberdade. Faz-se necessário refletir também sobre a influência da organização empresarial e da estrutura de poder político e econômico nos enquadramentos das notícias (REESE, 2023), analisando fatores que levam o jornalista a se conformar com a política editorial do veículo, bem como as possibilidades de questionar essa política.

Tais reflexões são essenciais na discussão acerca do rigor no método jornalístico, das possibilidades de melhorar a atuação do jornalista. Portanto, sob a perspectiva

epistemológica da guinada linguística/pragmática para o deslocamento do paradigma positivista ao construtivista, contribuimos com a discussão do leque de teorias significativas no estado da arte dos estudos em jornalismo, contrastando suas fundamentações epistemológicas e metodológicas, especificamente no contexto do critério de qualidade do produto jornalístico, das práticas e processos jornalísticos e do mito da objetividade.

### **Jornalismo, realidade social e consciência crítica**

A construção de conhecimento e conseqüentemente da realidade social é um processo dialético entre objetividade e subjetividade em que as pessoas necessitam de padrões de referência para orientar seu comportamento na sociedade, e os meios de comunicação com seus padrões midiáticos desempenham um papel central enquanto instituições que aliviam o indivíduo da necessidade de reinventar o mundo a cada dia (BERGER; LUCKMANN, 2012). Considerando a atividade cognitiva indissociável da ação prática, partimos do interacionismo simbólico de George Mead (2021) ao defender que a vida social se torna possível através da partilha de significados comuns por parte dos indivíduos, sendo o gesto a forma de comunicação mais elementar entre eles. Para Mead, o comportamento exterior está relacionado com posturas interiores de quem está agindo, sendo tais posturas um reflexo do próprio sujeito. Assim, a unidade subjetiva (self) e a mente (mind) são constituídas por meio do processo social e da comunicação intersubjetiva. Por isso, ao estudar a realidade a partir da criação de sentido na mente do sujeito, não podemos analisar o indivíduo separadamente, pois, é somente agindo em sociedade que a identidade de cada pessoa se forma.

Vivências puramente subjetivas são o fundamento da constituição do sentido: estratos mais simples de sentido podem surgir na experiência subjetiva de uma pessoa. Mas estratos superiores de sentido e uma estrutura mais complexa de sentido pressupõem uma objetivação do sentido no agir social. Somente, então, pode o indivíduo fazer conexões lógicas complicadas, dar início e controlar seqüências diferenciadas de ação e recorrer ao tesouro disponível de experiência em seu meio social. Mas, de fato, também fluem, além disso, para dentro dos estratos inferiores de sentido da experiência do indivíduo elementos de sentido modelados historicamente nas vertentes mais antigas do agir social (tradições). (BERGER; LUCKMANN, 2012, p.17-18).

Assim, na medida em que os meios de comunicação com suas atividades discursivas são essenciais para a formação de um acervo social de conhecimentos, compreende-se o jornalismo como um importante fator na construção social da realidade.

---

Nesse sentido, Rodrigo Alsina (2009) destaca a função cognoscitiva do jornalista, que atua como elo do conhecimento dos políticos, sociólogos, filósofos e cientistas com o cidadão. Por isso, o papel legitimado do jornalista, propondo com a sociedade um acordo de confiança, é coletar os acontecimentos relevantes e dar-lhes sentido através da prática produtiva e das rotinas organizacionais da profissão.

Isso acontece, de acordo com Alsina, por meio da construção de um mundo possível que se manifesta no formato de notícia, e, nessa construção da notícia, há três mundos que se interrelacionam: o mundo real, que é o mundo dos fatos, dos acontecimentos, que foi dotado de sentido à primeira vista, com o qual se depara o jornalista através de uma fonte ou ele mesmo produz quando se torna testemunha de um acontecimento; o mundo de referência, descrito por Alsina com base na ideia de inferência lógica de Charles Peirce, que é quando o jornalista coloca como hipótese uma proposta de interpretação dos fatos entre as diversas disponíveis no acervo compartilhado pela sociedade e, em seguida, procura novos dados que verifiquem essa proposta de interpretação; e o mundo possível, que é o mundo que o jornalista constrói levando em conta o mundo “real” e uma interpretação existente no mundo de referência escolhida e justificada.

Portanto, o autor compreende a notícia como “uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (RODRIGO-ALSINA, 2009, p.299). Tal conceito confirma a estreita relação entre jornalismo e construção social da realidade, que também é reforçada por Karam (2004). Ele aponta o conjunto de informações geradas e acumuladas pelo ser humano ao longo do tempo por meio de sua capacidade imaginativa como um universo simbólico onde situam-se três níveis de códigos que se intercomunicam: primários, que são os biológicos; secundários, a interação social e as linguagens, e terciários, onde as dificuldades intransponíveis da vida biofísica e da vida social são superadas, justificadas ou explicadas por sistemas simbólicos. Assim, Karam (2004) situa a linguagem jornalística como pertencente a um código terciário, criada para si mesma e aponta semelhanças com a noção de espaço público e com um diálogo social, em que o fim não está previsto, é colocado apenas como uma possibilidade.

Diante de seu importante papel de ajudar a construir a realidade social e sendo o processo de atribuição de sentido algo sempre em construção, os jornalistas devem aplicar, na prática, uma racionalidade que vá de encontro à visão ingênua de que, dotados

de uma espécie de faro inato, reproduzem nos seus enunciados, acontecimentos naturalmente tidos por relevantes (CORREIA, 2011). Partindo do pressuposto que o jornalista, no geral, têm uma preocupação didática em relação à audiência (VIZEU, 2005), eles não podem achar que conseguem educar seu público agindo de maneira reificada, uma vez que “a reificação implica que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano, e mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p.123). O conhecimento que o jornalista constrói, tanto para si quanto para seu público, precisa ser permeado de consciência crítica para que a prática jornalística possa servir à mudança social e ao fortalecimento do respeito à alteridade, especialmente enquanto instrumento de cobrança em prol da democracia. Por isso, uma das estratégias da extrema-direita para chegar ao poder – conforme observou-se nos EUA na eleição e no governo de Donald Trump e, no Brasil com Jair Bolsonaro – é deslegitimar a imprensa.

No que se refere ao exercício da democracia, o conhecimento que o jornalista precisa ajudar a construir está relacionado à educação política do seu público. Refere-se a uma comunicação política conscientizadora. Ou seja, para além de saber de que necessitam, as pessoas precisam saber o porquê necessitam; além de saber o factual, como a falta de decoro do presidente da República, manifestações que reúnem um número x de pessoas, a audiência necessita de um conhecimento que desvele o poder da ideologia capitalista, as causas políticas e econômicas na raiz desses fatos. Entretanto, os estudos em jornalismo esquecem ou ocultam algumas questões inseridas no processo de produção das notícias, como a impossibilidade de dissociar qualquer produto discursivo da materialidade das estruturas em que é produzido e de contextualizar uma prática discursiva sem examinar as características das organizações e do contexto social em que tal discurso é produzido (CORREIA, 2011). Dessa forma, ignoram-se as notícias enquanto resultado de uma construção social, e que, por isso, não podem ser baseadas no mito da objetividade jornalística, que persegue a verdade dos fatos, como se tal verdade correspondesse a uma realidade concreta concebida de forma transcendental.

### **Os mitos da objetividade e imparcialidade nas notícias**

As pesquisas que defendem a existência da verdade factual vão de encontro à reflexão da filosofia pragmática da comunicação que, no século XIX, iniciou o desenvolvimento de conceitos, como o falibilismo, a incompletude do processo de

semiose e a origem social da personalidade do indivíduo, pensados por George Mead, Charles Peirce, William James, John Dewey, entre outros. Acreditar na verdade como absoluta é corroborar com as presunções positivistas de acesso a um conhecimento perfeito e completo e negar que a verdade é constantemente construída em consenso com a comunidade de comunicação. A quase generalizada recusa em reconhecer esta questão como crucial para entendimento da função desempenhada pelo jornalismo é fundamentada na hegemonia da ideologia epistêmica do funcionalismo estrutural e seus pressupostos positivistas disseminados pela *Mass Communication Research* norte-americana, seguindo a teoria da verdade como correspondência entre a interpretação do fato e as necessidades do organismo social em que está inserido. Essa presunção positivista inculcada na teoria da verdade como correspondência entre enunciado e realidade viabiliza a dissimulação dos condicionamentos culturais históricos e estruturais inerentes à construção do conhecimento jornalístico e a mitificação da apresentação da notícia como sendo a própria realidade (ROCHA, 2011).

Na Segunda Revolução Industrial Científico-Técnica, quando os processos produtivos com foco na mais-valia foram intensificados por meio de inovações desenvolvidas em escritórios de engenharia e laboratórios, a ideologia do funcionalismo fortaleceu-se. Pesquisavam-se modos de aprimorar o processo de produção fabril usando diagramas e fórmulas matemáticas, que passaram a ser aplicadas na fabricação de qualquer produto, e com as notícias enquanto produto semiótico não foi diferente, sua produção seguiu este modelo.

O que os escritórios e laboratórios industriais produzem são modelos de produtos e processos industriais. Charles Sanders Peirce, semioticamente, poderia denominá-los “tipo”. A produção do modelo pode envolver alguma dimensão, maior ou menor, de incerteza, pois visa encontrar soluções industrialmente adequadas para a fabricação de um produto qualquer, soluções estas que não estão dadas de imediato. No entanto, essa dimensão de incerteza é relativamente controlada pela própria natureza do conhecimento científico-técnico, sua lógica matemática, suas convenções de desenho, suas metodologias e rotinas de trabalho. (DANTAS, 2022, p.50)

Percebe-se que o jornalismo convencional objetivista mistura características da Teoria Matemática da Comunicação com o paradigma materialista. Entretanto, a visão funcionalista enxerga as necessidades do volume e da velocidade de informação que a sociedade capitalista exige do jornalismo, mas não é capaz de equacionar a questão da

---

luta de classes, da hegemonia ideológica das classes dominantes na produção jornalística e das contradições internas desse processo (GENRO FILHO, 2012).

Assim, o fazer notícia que predominantemente se estuda, se ensina e se pratica até hoje está alinhado à ideologia capitalista. E não poderia ser diferente, pois como aponta Habermas (1984), desde que passou a ter características de empresa com a venda de jornais vinculada aos anúncios, interesses privados entraram na esfera pública, e os conteúdos noticiosos passaram a adotar a simplificação buscando aumentar a audiência. Com isso, tem-se a ideia equivocada de que um jornalismo de qualidade seria o que segue o rigor do *lead* e da Pirâmide Invertida, técnicas sedimentadas nos estudos e na prática jornalística que permitem diminuir custo e tempo, tanto de quem consome, quanto de quem produz a notícia, mas acabam obedecendo aos interesses da estrutura de poder capitalista. Ao estudarem os sistemas de mídia no mundo, Hallin e Mancini (2010) apontam que o modelo liberal, caracterizado por um domínio relativo dos mecanismos de mercado e dos media comerciais, é tipicamente considerado como a norma em relação à qual se avaliam os outros sistemas de mídia e daí se deduz que a profissionalização é essencialmente sinônimo de objetividade e neutralidade política.

Assim, uma notícia em que o jornalista deixa claro seus posicionamentos contra partidos, classes ou grupos sociais que se contrapõem de alguma forma à ideologia capitalista não é tradicionalmente vista como uma notícia de qualidade. Geralmente, veículos de comunicação que, através dos seus produtos discursivos, se colocam a favor de movimentos sociais ou grupos políticos de esquerda são tidos como imprensa suja, sensacionalista e conseqüentemente sem credibilidade. Ao seguir esse ponto de vista em suas práticas e processos, o jornalista confunde o funcionalismo da maneira objetiva de escrita, sedimentada pela necessidade de eficácia industrial, com neutralidade ou imparcialidade necessárias às estratégias de manutenção do poder das ideologias dominantes. Dessa forma cultuam-se a objetividade e a independência do jornalista, acreditando que ele é produtor de um discurso realista, autor e testemunha independente da realidade (VIZEU, 2005). Com isso, na produção das notícias, tende-se a apagar marcas que podem ferir a “objetividade dos fatos” e, ao relatar determinado acontecimento, recomenda-se ao jornalista utilizar uma linguagem cada vez mais direta, sem marcas de opinião, sem investigar, problematizar, interpretar ou aprofundar discussões necessárias à consciência crítica do público na pretensão de achar que pode ser imparcial e relatar “fatos reais”.

---

Especialmente nos telejornais em que o formato das notícias e a rotina na redação exigem cada vez mais velocidade na produção e transmissão do conteúdo, no que se refere à cobertura política, esse culto à objetividade e liberdade do jornalista resulta em falsas equivalências, na medida em que a imprensa – e conseqüentemente a opinião pública – passam “a criticar com a mesma independência os pecados da direita e da esquerda” (CHAPARRO, 1994, p.92). É o que observamos na cobertura televisiva de manifestações que antecederam os ataques golpistas de 08 de janeiro de 2023 em Brasília. Mesmo estando em risco a democracia, uma vez que as palavras de ordem proferidas desacreditavam o sistema eleitoral e atacavam o STF, parte da cobertura televisiva tratou os atos como protestos dentro da legalidade do direito à livre manifestação e à liberdade de expressão, sem deixar claro, interpretar ou aprofundar a discussão a respeito dos prejuízos e da desordem social que os bloqueios de caminhoneiros e acampamentos bolsonaristas espalhados pelo Brasil poderiam acarretar.

Assim, a cobertura jornalística não tem o poder de ordenar que a Polícia Rodoviária Federal (PRF) tomasse providências em relação às estradas interditadas ou que os acampamentos fossem desmontados e que se iniciasse uma investigação sobre quem financiou a tentativa de golpe de Estado, mas poderia criar um clima de opinião que fizesse com que as autoridades agissem imediatamente antes que os vândalos tivessem chance de invadir e depredar as sedes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Ou seja, o jornalismo, com sua agilidade, faz irromper, no espaço público, a negatividade social. Entretanto, a maneira como constrói seus enunciados, e a forma como seleciona e interpreta, ou não, os fatos relatados dependem da estruturação social da mídia, de seus princípios éticos, e do encontro entre palavras e atos, das soluções propostas no espaço público (KARAM, 2004).

Entretanto, não foi o que aconteceu no caso de manifestações que culminaram nos ataques de 8 de janeiro em relação à linguagem utilizada por determinados telejornais. O Jornal Nacional (JN) da Rede Globo, noticiário de maior audiência na TV brasileira, em notícias sobre as manifestações bolsonaristas nas edições dos dias 31/10/2022 e 17/11/2022, priorizou uma linguagem mais voltada ao rigor técnico do jornalismo convencional objetivista, de forma declaratória, sem tentar driblar a política editorial do veículo para aprofundar a reflexão crítica a respeito dos riscos à democracia. Na matéria de 31/10/2022, um dia após o segundo turno das eleições brasileiras que deram a vitória ao presidente Lula, o JN noticiou as primeiras manifestações por parte de bolsonaristas

insatisfeitos. Seguindo as técnicas do *lead* e da Pirâmide Invertida, que têm o intuito de trazer as principais informações em poucas palavras no início da notícia, o VT foi introduzido pela seguinte “cabeça” lida pela apresentadora Renata Vasconcellos: “Caminhoneiros interditaram o trânsito hoje em 22 estados de todas as regiões” (GLOBO PLAY, Jornal Nacional, 2022).

Percebe-se que a escolha feita pela edição do telejornal elegeu como informações principais os bloqueios do tráfego e a dimensão do protesto com o número de estados em que ocorreram. Entretanto, a questão mais grave a ser denunciada foi a conivência da PRF com esse tipo de manifestação inconstitucional e antidemocrática. O *off*, coberto por imagens dos protestos, começou amenizando o impacto dos bloqueios e trazendo o posicionamento defensivo da PRF:

Os grupos são pequenos, mas conseguem bloquear trechos de estradas. Dizem que protestam contra o resultado das urnas. A polícia rodoviária informou que adotou providências pro retorno à normalidade desde ontem, quando surgiram as primeiras interdições. (GLOBO PLAY, Jornal Nacional, 2022)

A notícia seguiu com imagens de documentos com providências tomadas contra a inoperância da PRF por parte da Advocacia Geral da União (AGU), Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Eleitoral (MPE). Vale ressaltar que todas essas informações que deixam clara a ilegalidade da inércia da PRF foram apenas lidas pela jornalista enquanto trechos dos documentos eram destacados por efeitos gráficos para que não houvesse dúvidas de que as declarações eram das fontes oficiais e não da jornalista, do telejornal ou da emissora.

Apenas ao final, em formato de nota lida pelos apresentadores, é que a notícia mencionou o impacto negativo dos protestos por meio de declarações da Confederação Nacional dos Transportes, Confederação Nacional dos Transportes dos Trabalhadores em Logística e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Nas notas enviadas por estas instituições, fica claro que os bloqueios dos caminhoneiros são manifestações antidemocráticas, que vão de encontro à Constituição Brasileira, desrespeitam a soberania popular e atacam o Estado Democrático de Direito. Em nenhum momento, o enunciado desta notícia trouxe interpretação, questionamentos, análises ou provocações por parte dos jornalistas evidenciando a ilegalidade dessas manifestações e a conivência da PRF, para que as autoridades brasileiras atuassem de forma mais rápida e efetiva.

As reivindicações golpistas após a derrota de Jair Bolsonaro seguiram por todo Brasil em formato de acampamentos montados em frente aos quartéis. Em Brasília, em

frente ao Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano, com estrutura de banheiros, barracas e refeições financiadas por empresários. Nestes acampamentos, os manifestantes seguiam alardeando pautas antidemocráticas apoiados pelo ainda presidente da República. Em matéria veiculada no dia 17/11/2022, o Jornal Nacional informou que o ministro Alexandre de Moraes do STF determinou o bloqueio das contas de pessoas e empresas suspeitas de financiarem tais atos golpistas. Apesar de usar, na “cabeça” da notícia, o termo antidemocráticos para se referir aos protestos, o VT seguiu o mesmo modelo da matéria do dia 31/12/2022, com um *off* em que a jornalista apenas leu trechos do documento que continha a determinação do ministro. Assim, a notícia foi construída atribuindo todas as informações ao ministro, principalmente em trechos que enfatizavam a gravidade das manifestações potencializadas por recursos financeiros dos empresários:

*De acordo com Alexandre de Moraes, o bloqueio foi para frear o uso de recursos nesses atos que violam a constituição. O ministro do Supremo chamou de inautêntico e coordenado o deslocamento de mais de 100 caminhões na última semana para a manifestação ilícita em Brasília [...] e que isso pode configurar crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito [...] O ministro disse também que o potencial danoso das manifestações ilícitas fica absolutamente potencializado, considerando a condição financeira dos empresários apontados como envolvidos nos fatos (GLOBO PLAY, Jornal Nacional, 2022, grifo nosso)*

Ao analisar essas matérias, ratificamos que os jornalistas usaram a concepção positivista de objetividade na construção de tais notícias, tentando reunir e estruturar os “fatos reais”, seguindo as técnicas do *Lead* e da Pirâmide Invertida, de maneira direta e declaratória, buscando imparcialidade e impessoalidade. Em muitos casos, de acordo com Tuchman (2016), eles utilizam tais estratégias para respeitar os prazos exigidos na redação ou evitar possíveis processos jurídicos de difamação. Os jornalistas também procedem dessa forma, seguindo o modelo da política editorial do veículo, seja tal política repassada de maneira explícita ou velada.

### **Brechas na barreira do jornalismo objetivista**

Tentar fugir do modelo tradicional objetivista, desviando-se da política editorial da empresa midiática onde atua é custoso ao profissional de imprensa. Isso porque, dentro do sistema capitalista – onde a informação, assim como outros recursos, é mercadoria negociável – há, na prática diária do exercício da profissão do jornalista, pressões organizacionais, políticas, econômicas, tempo de produção, além das crises, inclusive

financeiras, que levam a um número cada vez maior de profissionais demitidos das redações. O jornalismo vive, então, uma tensão entre os imperativos do fator econômico e o do cumprimento de sua função política pública, resultando, deste cabo de guerra, a conquista pelo campo jornalístico de uma autonomia relativa para manter certa liberdade face ao poder econômico (CORREIA, 2011). Assim, no meio profissional jornalístico, em que há variados interesses (dos donos da empresa midiática; de grupos políticos e econômicos; dos editores e dos repórteres), é raro, de acordo com Cornu (1994) que empregadores e empregados se unam num mesmo código para atender ao mesmo interesse. Nessa concepção, Habermas (1997) ressalta o embate político-ideológico em que, de um lado, está a estrutura de poder das forças que controlam os aparelhos de estado e as corporações do mercado e, do outro lado, a periferia das classes e grupos sociais excluídos e todos aqueles - intelectuais, artistas, estudantes, etc. - que se posicionam de forma contra-hegemônica e se contrapõem à ideologia dominante. Assim, a estrutura de poder impõe barreiras a fim de distorcer sistematicamente a discussão na esfera pública, excluindo os temas e reivindicações que se posicionam contra a ideologia dominante.

Gans (2003) destaca que, nessa busca de equilíbrio entre fontes, jornalistas e público, o poder sobre a interpretação da realidade é o que está em jogo. Concepção que “evidencia a dimensão simbólica da democracia deliberativa, pois este poder pode ser exercido por todos os atores da discussão pública, muito embora sofra a influência privilegiada da organização empresarial dos veículos noticiosos” (ROCHA, 2021, p.34). Isso é mais uma evidência de que o jornalista não trabalha em condições de liberdade absoluta, e sua autonomia é limitada pela autoridade do público e por questões que acontecem dentro e fora das organizações. Dentro delas, o profissional tende a “absorver por osmose” (BREED, 2016) a política editorial da organização, pois tal política não é repassada explicitamente pelos donos da empresa ou pelos superiores dos jornalistas, ela é aprendida sutilmente no cotidiano, em que os proprietários e dirigentes acabam buscando a obediência dos profissionais por meio de ações dissimuladas. Isso acontece devido ao que Breed aponta como tabu ético, que é quando os superiores da empresa de comunicação não censuram a atividade jornalística de forma direta, pois têm medo que isso gere descrédito por parte do público, caso se descubra que a empresa tolhe a imprensa. Ou seja, não há uma ordem direta para que não se denunciem, por exemplo, crimes cometidos por grandes empresários que financiam manifestações antidemocráticas, mas pode haver críticas ao texto ou outras orientações influenciando as

---

decisões do jornalista nos enquadramentos, investigação, interpretação e aprofundamento dos fatos descritos ou silenciados na notícia.

Dessa forma, segundo a Teoria Organizacional de Warren Breed (2016), o jornalista ainda que tenham posições contrárias ao dono da empresa, se conforma com a política devido aos seguintes fatores: autoridade institucional cristalizada pelas sanções, que é, por exemplo, o medo que o jornalista tem de não ascender profissionalmente ou de ser demitido; obrigação e estima para com os seus superiores; aspiração de mobilidade; ausência de um grupo de lealdade e conflito, como sindicatos que defendem os interesses dos profissionais; prazer na atividade e notícia como valor, pois, na ânsia de noticiar, os jornalistas tendem a não analisar a estrutura social, gerando cada vez mais notícias voltadas para o factual, obedecendo mais aos interesses comerciais. O resultado desse conformismo são matérias produzidas sem rigor na investigação, nos enquadramentos, na pluralidade e aprofundamento dos fatos.

Ao abordar questões subjetivas de fora da redação, mas que reverberam dentro dela, Soloski (2016) ressalta que apenas regras burocráticas não controlam a atividade do jornalista, pois a empresa e a prática jornalística são instáveis e imprevisíveis, com decisões tomadas rapidamente, sem tempo de discussão. Isso faz com que o profissionalismo jornalístico, com normas enraizadas e alinhadas aos preceitos capitalistas, conduza essas tomadas rápidas de decisão na produção das notícias, sendo, assim, uma maneira das organizações controlarem a atividade dos seus profissionais. Uma dessas normas diz respeito à busca pela objetividade, impessoalidade, imparcialidade e neutralidade, fazendo com que a empresa jornalística possa fazer crer ao público que os acontecimentos são relatados como uma série de fatos que não requerem qualquer explicação do seu significado político, e por isso, o resultado é “uma cobertura noticiosa que não ameaça nem a posição econômica da organização jornalística individual nem o sistema político-econômico global no qual a organização jornalística opera” (SOLOSKI, 2016, p. 137).

Por outro lado, como a direção da empresa não se envolve diretamente com os processos de produção da notícia, o profissionalismo enquanto mecanismo de controle não consegue ditar ações específicas dos jornalistas, mas fornecer uma estrutura para a ação. É nesse sentido, que Soloski (2016) aponta a ambiguidade e contradição do profissionalismo jornalístico, pois há situações em que o jornalista pode invocar a ideologia do profissionalismo e, dessa maneira, tentar abrir brechas nas barreiras impostas

---

pelas estruturas de poder, especialmente por meio da política editorial, contrapondo-se às questões comerciais e aos posicionamentos político-ideológicos dominantes.

### **Considerações finais**

No que se refere à cobertura das manifestações bolsonaristas, após a depredação do dia 08 de janeiro em Brasília, registrada em imagens feitas pelos próprios vândalos, a imprensa, não se opondo à “verdade dos fatos”, passou a tratar os bloqueios e acampamentos como manifestações antidemocráticas que resultaram em atos terroristas e, na grande parte das notícias acerca das investigações e consequências dos ataques, as manifestações que os precederam foram tratadas claramente pela imprensa, inclusive pelos programas do grupo Globo, como a principal causa. Passou-se, então, a dar mais foco aos envolvidos na estratégia das manifestações. Pessoas físicas, empresas e políticos passaram a ser tratados, nos discursos noticiosos, com menos marcas de neutralidade, imparcialidade que, equivocadamente, acredita-se caracterizar a objetividade jornalística.

Por isso, concordamos com Gans (2003) quando defende que é preciso incluir nas notícias mais opiniões, mas não qualquer opinião, e sim a opinião informada, fruto da atividade jornalística, compreendendo que os fatos não falam por si, pois a avaliação e aceitação desses fatos são dependentes de processos sociais (TUCHMAN, 2016). Entretanto, a complexidade da produção da notícia permeada pelas pressões empresariais e políticas nos conglomerados de mídia privados ou públicos com interesses partidários colocam a ética jornalística em risco. Na cobertura das manifestações bolsonaristas, a crítica à ética jornalística está ligada à seleção do que é mais importante na construção do discurso noticioso e à superficialidade das notícias para obedecer ao modelo do jornalismo tradicional objetivista que beneficia empresários, políticos e segmentos sociais poderosos.

Diante da contradição de interesses dentro da instituição jornalística, a responsabilidade pela definição dos conteúdos é quase sempre primariamente dos controladores acionários dos veículos e não exclusivamente dos jornalistas como se costuma acreditar (ROCHA, 2011). No atual contexto político brasileiro, o jornalista vem percebendo a necessidade de defender a credibilidade do jornalismo e a democracia, tentando abrir brechas nas barreiras erguidas pelo jornalismo objetivo que obedece às estruturas de poder político e econômico e não concebe a verdade como algo em constante construção na comunidade de comunicação. Dessa forma, é preciso haver referências

epistemológicas consistentes que fundamentem a prática jornalística desmistificando a ideia naturalizada de que o rigor no método jornalístico é garantido pelo conceito de objetividade, pois a qualidade da notícia está relacionada ao rigor na referência do consenso intersubjetivo da comunidade de comunicação e na concepção clara e justificada da teoria consensual da verdade.

### Referências bibliográficas

ARAÚJO, C. A. A pesquisa norte-americana. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V.V. (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BARSOTTI, Adriana. **As mentiras de Bolsonaro e o jornalismo declaratório: Como a imprensa ampliou a desinformação sobre o meio ambiente**. Revista Eco-Pós (Universidade Federal Fluminense – UFF), 2023.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BREED, Warren. Controle social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teoria e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

CHAPARRO, Manuel. **Pragmática do Jornalismo: buscas práticas para uma Teoria da Ação Jornalística**. São Paulo: Summus, 1994.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

CORREIA, J. C. **O Admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos**. Covilhã/Potugal: UBI Livros LabCom, 2011.

DANTAS, Marcos. Informação, trabalho e capital, In: DANTAS, Marcos; MOURA, Denise; RAULINO; Gabriela; Ormay, Larissa. **O valor da informação**. São Paulo: Boitempo, 2022.

GANS, Herbert. **Democracy and the news**. New York: Oxford University Press, 2003.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: Para uma Teoria Marxista do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.

GLOBO PLAY. **Jornal Nacional**. Rio de Janeiro, 31 out. 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11084623/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. **Jornal Nacional**. Rio de Janeiro, 17 nov. 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11135589/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

HABERMAS, Jürgen. **A mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

---

\_\_\_\_\_. **Direito e Democracia:** entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. **Sistemas de media:** Estudo comparativo. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

KARAM, F.J.C. **A ética jornalística e o interesse público.** São Paulo- SP: Summus Editorial, 2004.

MEAD, G. H. **Mente, self e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 2021.

REESE, Stephen. Compreender o jornalista global: uma abordagem por hierarquia de influências. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Questões Críticas do Jornalismo Contemporâneo:** os papéis pulverizados do capitalismo. Florianópolis: Insular, 2023.

ROCHA, Heitor. **A notícia e as referências de objetividade e intersubjetividade:** ambiguidade e contradição na ideologia do profissionalismo jornalístico. Âncora Revista Latino-americana de Jornalismo. vol.8 n.2. jul./dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **A importância da epistemologia na Teoria do Jornalismo:** a teoria pragmática do conhecimento e a qualidade da notícia. Revista de Estudos de Jornalismo e Mídia (UFSC), 2011.

RODRIGO-ALSINA, M. **A Construção da notícia.** Petrópolis: Vozes, 2009.

SOLOSKI, John. O jornalista e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo:** questões, teorias e estórias. Florianópolis: Insular. 2016.

TUCHMANN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo:** questões, teorias e estórias. Florianópolis: Insular. 2016.

VIZEU, A. **O lado oculto do telejornalismo.** Florianópolis: Calandra, 2005.